

Universidade de Brasília (UnB)  
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública (FACE)  
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)  
V Curso de Especialização em Mercado Financeiro e Investimentos

Ubiratan de Albuquerque Melo e Leite

MOEDAS VIRTUAIS:  
Revolução ou Perturbação da Ordem

Brasília, DF  
2018

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura  
**Reitora da Universidade de Brasília**

Professor Mestre Enrique Huelva  
**Vice-Reitor da Universidade de Brasília**

Professora Doutora Cláudia da Conceição Garcia  
**Decana de Ensino de Graduação**

Professora Doutora Helena Eri Shimizu  
**Decano de Pesquisa e Pós-Graduação**

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira  
**Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade**

Professor Doutor Paulo César de Melo Mendes  
**Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais**

Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva  
**Coordenador de Pós-Graduação do curso Ciências Contábeis**

Professor Doutor Paulo Augusto Pettenuzzo de Britto  
**Coordenadora de Graduação do Curso de Ciências Contábeis – Diurno**

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade  
**Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Noturno**

Ubiratan de Albuquerque Melo e Leite

MOEDAS VIRTUAIS:  
Revolução ou Perturbação da Ordem

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília como requisito parcial para conclusão do curso de especialização em Mercado Financeiro e Investimentos e obtenção do certificado do curso.

Orientadora: Profa. MSc. Fernanda Jaqueline Lopes.

Linha de pesquisa: Contabilidade e Mercado Financeiro

Área: Finanças.

Brasília, DF  
2018

LEITE, Ubiratan de Albuquerque Melo e.

Moedas virtuais: Revolução ou Perturbação da Ordem / Ubiratan de Albuquerque Melo e Leite – Brasília, 2018. 22 p.

Orientadora: Profa. MSc. Fernanda Jaqueline Lopes.

Trabalho de Conclusão de curso (Artigo – Pós-graduação Lato Sensu) – Universidade de Brasília, 1º Semestre letivo de 2018.

Bibliografia.

1. Moedas virtuais 2. Regulamentação no Brasil 3. Sistema Financeiro Nacional I. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública da Universidade de Brasília. II. Título.

CDD –

Ubiratan de Albuquerque Melo e Leite

MOEDAS VIRTUAIS:  
Revolução ou Perturbação da Ordem

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)  
defendido e aprovado no Departamento de  
Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade  
de Economia, Administração, Contabilidade e  
Gestão de Políticas Públicas da Universidade  
de Brasília como requisito parcial para  
obtenção do título de Especialista em Mercado  
Financeiro e Investimentos.

Comissão Avaliadora:

Prof. MSc. Fernanda Jaqueline Lopes  
Orientadora  
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais  
Universidade de Brasília (UnB)

Prof. Dr. \_\_\_\_\_  
Examinador – Universidade de Brasília (UnB)

Brasília (DF), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

A meus pais, nos quais me espelho e direciono minha vida.  
À minha amada esposa, melhor companheira nessa caminhada.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, pela saúde e disposição para finalizar o trabalho, e a Nossa Senhora, por me guardar com seu manto;

À minha orientadora, professora Mestre Fernanda Jaqueline Lopes, por aceitar o “desafio” de orientar um advogado, pelos comentários e críticas sempre oportunos para o desenvolvimento do trabalho;

Aos meus pais, que tenho como heróis e certamente são meus maiores admiradores, irmãos, cunhadas e ao sobrinho Nicolas, combustíveis nesse desafio e por compreenderem minhas ausências; aos meus sogros e à minha afilhada Lis – Família: meu maior tesouro;

À minha amada esposa, que me acompanhou nas inúmeras madrugadas de estudo, minha maior incentivadora e apoiadora, que se dispôs a me ouvir e discutir o tema do trabalho, merecedora de uma gratidão a ser narrada em um capítulo a parte;

Ao amigo Gustavo Nascimento, entusiasta das moedas virtuais, por me disponibilizar um vasto material acerca do tema;

Aos colegas da Presidência da República (PR), pelo apoio e compreensão; e

Aos colegas Joabe e Casará, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelas conversas e pelo material de apoio.

Ao Coordenador do Curso, Prof. Dr. Abimael Costa, por me aceitar no curso diante de tantos candidatos qualificados e mais familiarizados com as disciplinas que foram ministradas.

*“A moeda não é um produto gerado pelo Direito. Em sua origem, ela é uma instituição social, e não uma instituição estatal.”*

**Carl Menger**



## MOEDAS VIRTUAIS:

### Revolução ou Perturbação da Ordem

#### RESUMO

O presente estudo teve por objetivo analisar a necessidade de regulamentação da utilização de moedas virtuais no Brasil. Com viés qualitativo e análise crítica do conteúdo de manifestações de órgãos que compõem o Sistema Financeiro Nacional, buscou, como análise exploratória, tornar o problema – objeto do trabalho – mais explícito. Sob o aspecto jurídico, levantou-se a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor nas relações de compra e venda das moedas em questão e a regulação em outros países à luz do Direito Comparado. Os resultados obtidos demonstraram que a necessidade de regulamentação da emissão de moedas virtuais no Brasil tange à questão da prevenção do cometimento de crimes contra a ordem tributária e de financiamento ao terrorismo e drogas ilícitas. Assim, da forma como está, as moedas virtuais não são rastreáveis, favorecendo as mais diversas ilegalidades. Neste ínterim, ainda foi possível verificar que a temática é uma questão que exige urgente tratamento, tanto para se evitar a evasão fiscal, quanto para conferir ao Estado uma noção mais exata de tais investimentos, identificando investidores, protegendo o mercado financeiro e propiciando uma maior transparência àqueles que fazem uso dessa tecnologia.

**Palavras-chaves:** Moedas Virtuais. Regulamentação no Brasil. Sistema Financeiro Nacional.

## 1 INTRODUÇÃO

Em reportagem publicada no jornal Estadão, em 12 de fevereiro de 2018, apresenta a seguinte chamada: “Investidor vê moeda virtual com cautela e ‘testa’ novidade” (Neira, 2018). Em 08 de dezembro de 2017, portal R7, outra notícia foi divulgada cujo título: “Investimento de alto risco, *bitcoin* faz milionários, mas exige cautela” (Guimarães, 2017)). Essas são algumas das inúmeras reportagens e matérias jornalísticas que destacam um tema atual: as moedas virtuais.

O mundo tecnológico está em constante evolução e acompanhar as inovações tem sido um desafio diante de tanta informação surgindo a toda hora. É nesse cenário que aparecem as moedas virtuais, como algo possível de realizar transações de uma maneira rápida, eliminando intermediários presentes nas tradicionais operações financeiras, reduzindo o custo, independentemente do lugar onde se encontrem os negociadores.

Cabette (2018) define as moedas virtuais como códigos de software, formados por linhas de programação criptografada, criados com o objetivo de servirem como moeda no ambiente virtual da internet. Não é emitida por autoridade monetária, sendo produzida de forma descentralizada numa rede de computadores. Martins (2016), com base em estudo do *European Central Bank* (ECB), complementa ao citar características como moeda inventada sem status de cunho forçado, com aceitação restrita à grupos exclusivos, sem garantia de resgate e com livre flutuação de preço.

No site *CoinMarketCap* – ferramenta mais utilizada para comparar valores de moedas virtuais, em consulta realizada em 04 de maio de 2018, verifica-se que existem atualmente 1.614 criptomoedas catalogadas, sendo que 1.328 possuíam unidades disponíveis para negociação. No topo da lista, com valor de mercado de quase US\$ 160 bilhões, aparece o *bitcoin*. Para se ter uma melhor noção do tamanho dessa moeda, o *bitcoin* representava quase 46% do somatório do valor de mercado das dez principais moedas da lista, com um volume acima de US\$ 7 bilhões em negociação nas últimas 24 horas.

Assim, não há como falar de moedas virtuais sem falar da mais comentada delas, o *bitcoin*. Matéria da revista Exame “Entenda o que é Bitcoin”, de março de 2018, destaca que em 2017 o “interesse por essa moeda explodiu sendo um dos investimentos mais comentados do planeta, tendo valorizado 1.400% e alcançado a maior cotação da história: 19.300 dólares” (Azevedo, 2018). Assim,

Com a valorização, essas moedas passaram a atrair diversos perfis de investidores que enxergam (ou enxergavam) essa tecnologia como um investimento extremamente atrativo. A supervalorização do *bitcoin*, a partir de 2017, chamou a atenção até de quem não está acostumado a fazer investimentos. Uma especulação descontrolada que elevou o preço dessa moeda de US\$ 985,00 (novecentos e oitenta e cinco dólares) em 02 de janeiro de 2017, para o patamar acima de US\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos dólares) em 11 dezembro do mesmo ano. Tamanha é a oscilação no seu valor, que em 23 de abril de 2018, pouco mais de quatro meses após alcançar seu pico, a cotação estava em US\$ 9.183,00 (nove mil, cento e oitenta e três dólares) (Buy Bitcoin World Wide, 2018). Abaixo, apresentamos quadro 2 com as variações no valor do Bitcoin.

O *bitcoin* foi criado precisamente em 31 de outubro de 2008. Teve como idealizador uma figura emblemática, Satoshi Nakamoto, um pseudônimo que esconde a verdadeira identidade do seu criador (ULRICH, 2014). Surgiu como alternativa às moedas tradicionais, após a grande crise internacional de 2008, que gerou desconfiança no mercado financeiro mundial. Possui um limite de vinte e um milhões de unidades, mas embora sua produção seja finita pode-se dividir incontáveis vezes. Negociada pela internet, é possível comprar produtos de estabelecimentos que aceitam *bitcoins* como pagamento.

Entretanto, há que se considerar a existência, nesse mercado, da evidente possibilidade de prejuízo e de perda, como casos de moedas virtuais falsas sendo oferecidas no mercado. Em setembro de 2017, conforme matéria publicada no portal de notícias G1, a polícia civil do Distrito Federal realizou uma megaoperação que desarticulou um esquema de pirâmide financeira com moeda virtual falsa, denominada de *kriptacoin*, com estimativa de ter movimentado R\$ 250 milhões e lesado cerca de 40 mil pessoas (Puljiz, 2017).

Já em novembro de 2017, em matéria publicada no Valor Econômico, outro esquema de pirâmide financeira com criptomoedas (fraude com moeda virtual) causou uma perda aproximada de R\$ 450 milhões de reais a investidores de pelo menos nove países da América Latina. A empresa Adsply oferecia rendimentos de até 1,4% ao dia para quem investisse em sua moeda própria (Adscoin). O esquema exigia desembolso mínimo de mil dólares, com possibilidade de saque uma vez por mês (apenas dos rendimentos) e o investidor recebia um percentual sobre o lucro gerado por pessoas que atraísse para o negócio. A polícia civil de quatro estados brasileiros investiga a quadrilha que tem sete líderes, sendo cinco brasileiros (Falcão, 2017).

Pode-se citar, ainda, matéria “Operação prende quadrilha em esquema de lavagem de dinheiro e criptomoedas”, no site Infomoney, em 12 de abril de 2018. Criminosos mudaram seus métodos de lavagem de dinheiro, voltando-se para o *bitcoin* como

alternativa para evitar o rastreamento das retiradas de dinheiro e operações bancárias. A ação contou com trabalho conjunto entre a Europol (polícia europeia) e agências globais, resultando na prisão de 11 pessoas e na investigação de outras 137 por lavagem de dinheiro com uso de moedas virtuais, cartões de crédito e drogas. Os criminosos tinham base na Espanha e lavavam dinheiro obtido nas atividades ilegais do narcotráfico. As autoridades descobriram que a troca por *bitcoins* da quadrilha era realizada na Finlândia, eles usavam o câmbio para converter seus lucros ilícitos em *bitcoins*, em seguida trocavam a moeda virtual em pesos colombianos e depositavam o dinheiro em contas bancárias da Colômbia no mesmo dia. A reportagem termina afirmando que a polícia europeia continuará coordenada com os estados-membros da União Europeia em razão das criptomoedas estarem cada vez mais sendo utilizadas para financiar atividades criminosas (Goeking, 2018).

Diante de tais fatos, a matéria tem chamado a atenção de autoridades do país, sendo criada na Câmara dos Deputados uma Comissão Especial intitulada “Banco Central Regular Moedas Virtuais” para analisar o Projeto de Lei nº 2.303/2015.

Considerando a atualidade e importância do assunto relacionados ao tema, temos como problema de pesquisa: *Qual a necessidade de regulamentar a utilização de moedas virtuais no Brasil?*

O objetivo deste trabalho é avaliar a necessidade de regulamentar a utilização de moedas virtuais no Brasil. Diante de tantos acontecimentos e episódios negativos como fraudes e lavagem de dinheiro, apontados nas reportagens supramencionadas, sugere-se um estudo acerca da inevitabilidade da normatização das transações com criptomoedas no Brasil.

Para tanto, adota-se como objetivos específicos: 1) Levantar as competências de órgãos que compõem o Sistema Financeiro Nacional; 2) Checar se as operações com moedas virtuais estão, ou deveriam estar, sob a tutela (responsabilidade) do Estado e se há manifestação desses órgãos acerca do tema; 3) Analisar se os usuários dessas moedas estão protegidos à luz do Direito brasileiro, se existe relação de consumo entre as empresas que realizam a intermediação de compra e venda de *bitcoins* - as *exchanges*, e os investidores; e 4) Observar, no Direito comparado, os procedimentos conferidos à regulação do uso de moedas virtuais em outros países.

Aparentemente, a regulamentação das moedas virtuais seria essencial para controlar, rastrear e identificar as operações, como forma de garantir transparência e segurança aos usuários nas transações.

Busca-se contribuir com a sociedade ao levantar a discussão quanto à regulamentação. Não se procura aqui tensionar um debate a favor ou contra as moedas virtuais. Não se trata de estar em um dos lados. Apura-se, nessa análise, os pontos positivos como segurança (criptografia), velocidade e menor custo, pois elimina intermediários no processo e não sofre interferência do Estado. Contrapondo-se, temos pontos negativos, o anonimato, alta volatilidade, possibilidade de uso para atividades ilícitas, como lavagem de dinheiro, corrupção, financiamento ao terrorismo e evasão de divisas, dentre outros.

Nesse cenário, o tema tem despertado o interesse de alunos e pesquisadores que buscam entender essa tecnologia, e diversos trabalhos acadêmicos tem tratado o tema, dentre os quais podemos citar Fobe (2016), Martins (2016), Almeida (2016), Andrade (2017). Nos próximos tópicos, a presente pesquisa pretende se aliar à esses estudos, ambicionando também, de alguma maneira, contribuir com o meio acadêmico.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Analizando a memória monetária do país, verifica-se que o Brasil possuiu diversas moedas. Nossa economia está em constante luta contra a inflação, sendo dependente de moedas fortes, como o dólar. A esse respeito, na visão de Ulrich (2014), não há dúvidas de que grande parte da desigualdade social brasileira reside justamente na emissão descontrolada de moeda nas décadas passadas.

Complementando, o autor afirma que “moeda sadia não faz parte da cultura e história luso-brasileira”. “No Brasil, a perversão da moeda é norma histórica e princípio nuclear da política social. É verdade que o Plano Real nos propiciou um mínimo de civilidade monetária, mas, ainda assim, em grau aquém do desejável quando comparado ao de países desenvolvidos” (ULRICH, 2014, p. 88)

Um dos aspectos essenciais para a regulação da moeda, conforme citado por Campos (2015), consiste na classificação tributária que é dada a esta pelo Estado. Tal sistematização, segundo a autora, demonstra a sua importância tanto no sentido de se evitar a evasão fiscal, quanto para conferir ao Estado uma noção mais exata dos investimentos que são feitos pelos cidadãos. Desse modo, pode-se afirmar “que a positivação de normas tributárias em relação às moedas virtuais, requer prioridade” (CAMPOS, 2015, p. 79).

Fobe (2016) chama atenção para a possibilidade das moedas virtuais serem transacionadas no mercado ilegal. Certamente esse risco também se aplica às moedas tradicionais, entretanto, na esfera digital, onde ofertantes e compradores não precisam necessariamente se identificar, o risco é potencializado.

### **2.1 Sistema Financeiro Nacional**

Assaf Neto (2011) define o Sistema Financeiro Nacional (SFN) como conjunto de instituições e instrumentos financeiros que visam, em última análise, viabilizar a relação entre agentes carentes de recursos para investimento e agentes capazes de gerar poupança com condições de financiar o crescimento da economia. Ou seja, o SFN torna possível “transferir recursos dos agentes econômicos superavitários (pessoas, empresas, governo) para os deficitários” (ASSAF NETO, 2011, p.38).

Na figura 1, a seguir, tem-se a esquematização da estrutura do SFN.

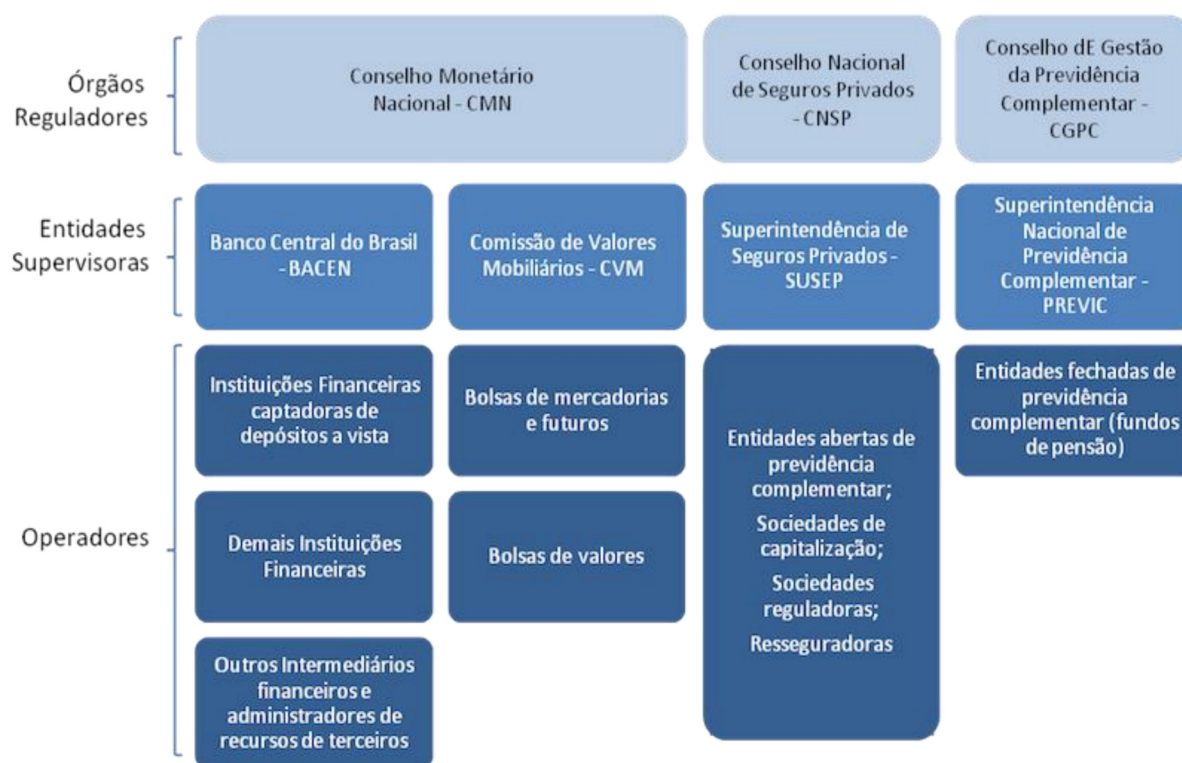


Figura 1 – Estrutura do Sistema Financeiro Nacional.

Fonte: BACEN.

Os recursos são captados no mercado financeiro e transferidos para agentes de mercado carentes de caixa, caracterizando a intermediação financeira. Esse papel é exercido por instituições financeiras, que atuam também no mercado de seguros, mercado de capitais, capitalização, poupança, financiamento a habitação, dentre outros, e classificam-se como instituições bancárias – com permissão para aceitar depósitos à vista (bancos comerciais e múltiplos) e não bancárias (corretoras e bancos de investimento)

Em sua estrutura, o Sistema Financeiro Nacional subdivide-se em quatro segmentos: mercado financeiro, mercado de capitais, mercado de seguros privados e mercado de previdência complementar; sendo cada um desses segmentos composto por órgãos normativos, entidades supervisoras e operadores.

Uma característica do SFN brasileiro é a concentração bancária por conglomerados financeiros, resultado da ocorrência de fusões e aquisições que marcaram a política econômica brasileira nos últimos anos. A título de exemplo, tem-se a fusão entre Itaú e Unibanco, ocorrida em 2008, publicada no site “uol economia” formando o maior conglomerado financeiro privado do hemisfério sul, entrando para a lista dos 20 maiores bancos do mundo (Itaú..., 2008).

Essa concentração fica evidente no relatório de estabilidade financeira divulgado pelo Bacen em 2017, em que os quatro maiores bancos do país detinham quase 79% de todas operações de crédito e também 76,35% dos depósitos transacionados pelas instituições financeiras nacionais, ao final do ano de 2016 (BB, Itaú..., 2018).

Dirigido ao perfil atual do sistema financeiro nacional, contamos com órgãos que compõem a sua estrutura, com suas competências e características, que garantem um mercado sólido e seguro nas operações financeiras. Para entender o papel de cada um frente aos riscos do mercado de moedas virtuais e sua necessidade de regulamentação, os

próximos itens destinam-se a apresentar as atribuições do Banco Central (Bacen), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da Receita Federal do Brasil (RFB), do Conselho Monetário Nacional (CMN), e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).

## **2.2 Banco Central do Brasil (Bacen)**

Autarquia federal, criada pela Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, vinculada ao Ministério da Fazenda, sendo o principal executivo das políticas elaboradas pelo Conselho Monetário. O Banco Central atua também como fiscalizador do Sistema Financeiro Nacional, controlando e disciplinando o mercado financeiro. Assaf Neto (2011) complementa que o Banco Central atua definindo regras, limites, condutas das instituições e banco de penalidades, podendo promover a intervenção e a liquidação extrajudicial em instituições financeiras.

Em relação à necessidade de regulamentação das moedas virtuais no Brasil, em audiência pública para discutir o assunto na Câmara dos Deputados, em setembro de 2017, representantes do Banco Central afirmaram não reconhecer as moedas virtuais como moeda e que não há a intenção de regulá-las. Para o consultor do Bacen, Mardilson Queiroz, “elas são um *token* digital” e “existe uma rede de usuários que dá algum valor e negociam esses token digitais dentro dos seus acordos privados”.

Nesse sentido, em entrevista ao Correio Braziliense, em novembro de 2017, o presidente do BACEN, Ilan Goldfajn, posicionou-se contra a negociação de moedas digitais como o *bitcoin*, afirmando que o Bacen não estimulará o desenvolvimento dessas moedas, embora veja com bons olhos possíveis aplicações para o *blockchain* (tecnologia por trás da criptomoeda) (Temóteo, 2017).

Complementando, o presidente do Bacen enxerga um potencial das criptomoedas em lesar investidores, em razão dos movimentos especulativos que provocam a volatilidade de preços, além da utilização da moeda virtual como meio para a realização de negócios ilícitos, como pagamento de sequestros, vendas de armas e de drogas.

## **2.3 Conselho de Atividades Financeiras (COAF)**

Criado pela Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, integra a estrutura do Ministério da Fazenda e tem atuação importante na identificação e exame de ocorrências suspeitas de atividades ilícitas, combatendo e prevenindo a lavagem de dinheiro, aplicando, inclusive, penas administrativas. Tem a função de regulação, editando normas que disciplinam os setores obrigados no cumprimento das exigências previstas na referida lei.

Diante de sua importância no contexto financeiro, o COAF foi convidado, em setembro de 2017, a participar de audiência pública na Câmara dos Deputados, para tratar da questão da necessidade de se regulamentar as moedas virtuais. Diferentemente da posição do Bacen, representantes do COAF não são contrários a regulamentação das criptomoedas. Essa participação está disponível no site da Câmara dos Deputados, na página da Comissão que analisa o Projeto de lei nº 2303/2015.

Uma demonstração que o tema do presente trabalho tem sido objeto de debate de diversos órgãos de vários setores, no final do ano de 2017, dirigentes do COAF participaram da 14ª Reunião Plenária da ENCCLA - Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro. Na ocasião, foram aprovadas 11 ações para o enfrentamento desses crimes, dentre as quais a elaboração de diagnóstico sobre a atual conjuntura da utilização de moedas virtuais. Criada em 2003 sob a coordenação do Ministério da Justiça, a ENCCLA é formada por mais de 60 órgãos dos três poderes da República e da sociedade civil.

## **2.4 Comissão de Valores Mobiliários (CVM)**

Criada pela Lei n. 6.385, de 7 de dezembro de 1976, é uma autarquia federal vinculada ao poder executivo (Ministério da Fazenda), com atuação sob a diretriz do Conselho Monetário Nacional.

Sua função de disciplinar e fiscalizar o mercado de valores mobiliários assegura a lisura nas operações de compra e venda desses valores, representado por uma gama de produtos como fundos de investimentos e ações de empresas negociadas na bolsa. A CVM dá proteção aos investidores de mercado, aplicando punições àqueles que descumprem as regras estabelecidas (ASSAF NETO, 2011).

Em entrevista à Ângelo Pavini, da Arena Pavini, em 08 de março de 2018, publicada no site Money Times, o Presidente da Comissão de Valores Mobiliários, Marcelo Barbosa, disse que a CVM pretende regular o mercado de moedas virtuais usando as regras já existentes: “Fizemos isso com a definição do *bitcoin*, afirmando que ele não é um ativo financeiro, e orientando os fundos a não comprar a moeda”. Para ele, a CVM regula essas operações sem a necessidade de se criar legislação específica (Pavini, 2018).

## **2.5 Conselho Monetário Nacional (CMN)**

Foi criado pela Lei n. 4.595/1964. É composto pelo Ministro da Fazenda, que preside o Conselho, pelo Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e pelo Presidente do Banco Central. Trata-se de um órgão eminentemente normativo, que não desempenha atividade executiva. Controla o sistema financeiro, influenciando as ações de órgãos normativos como o BNDES, por exemplo, além de assumir funções legislativas das instituições financeiras públicas e privadas. Frente à atribuições tão amplas, pode-se, então, afirmar que o CMN tem como finalidade principal “formular toda a política de moeda e do crédito, objetivando atender aos interesses econômicos e sociais do país” (ASSAF NETO, 2011, p. 40).

## **2.6 Receita Federal do Brasil (RFB)**

A RFB é órgão subordinado ao Ministério da Fazenda (MF), criada pelo Decreto nº63.659/1968 e de acordo com esse documento, tem como atribuições o planejamento, supervisão, coordenação, avaliação e controle da administração da receita tributária federal. Em sua página institucional na internet, consta a função de “subsidiar o Poder Executivo

Federal na formulação da política tributária brasileira, prevenir e combater a sonegação fiscal, o contrabando, o descaminho, a pirataria, a fraude comercial, o tráfico de drogas e outros atos ilícitos relacionados ao comércio internacional”.

Levantadas as competências desses órgãos que compõem o SFN, verifica-se, pois, que a utilização de moedas virtuais, no Brasil, adentraria a esfera de atuação de todos os órgãos aqui citados, tendo em vista que abrange aspectos relacionados à emissão de moeda (moeda virtual), à possibilidade de cometimento de crimes de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo, à estabilidade financeira e ao desenvolvimento econômico e social no país. Contudo, elas ainda não possuem regulação pelo Bacen, bem como não são tidas como valores mobiliários, o que as exclui da esfera de atuação da CVM (ALMEIDA, 2016).

Deve-se considerar, ainda, que não somente em relação à questão financeira, também sob o aspecto do consumo, é necessário invocar a observância dos ditames existentes no país sobre a proteção a ser conferida pelo Estado em situações como estas. Isso se dá em razão da extensão dos danos possíveis de serem causados, também, ao patrimônio particular dos indivíduos, que demonstram a sua vulnerabilidade diante do sistema que envolve esse tipo de moeda.

A esse aspecto, porém, se dedicará a seção seguinte, que busca destacar a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor (CDC) às relações de cunho comercial que façam uso de moedas virtuais.

## **2.7 A aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor às relações comerciais com uso de moedas virtuais**

Inicialmente, destaca-se que o consumidor brasileiro tem momentos marcantes na busca pela proteção de seus direitos. Sem dúvida, o maior deles é seu reconhecimento como direito fundamental dado por nossa Carta Magna de 1988, em seu artigo 5º, no inciso XXXII. Como bem observado por Marques, Bessa e Benjamin (2014), a Constituição Federal reforça essa importância ao tratar a defesa do consumidor como princípio geral da atividade econômica, em seu art. 170, inciso V.

Esse princípio constitucional permite o Estado atuar a qualquer tempo nos negócios privados, intervindo e dirigindo-os, como forma de se conferir a proteção ao consumidor (PIERRI, 2009).

Seguindo esse raciocínio, Cabette (2018) cita o art. 2º do CDC, que define como consumidor toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final. Por sua vez, empresas que ofertam serviços de venda e intermediação de compra de criptomoedas, as *Exchanges*, se adequam ao conceito de fornecedor de serviço inscrito no *caput* e § 2º do artigo 3º do CDC. Em suma, engloba toda pessoa física ou jurídica que desenvolve atividade de produção ou prestação de serviços, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária.

Corroborando essa relação de consumo, Cabette (2018) cita decisão judicial que reconhece a aplicabilidade do CDC às *Exchanges* por falhas ocorridas na prestação de seus serviços, como, por exemplo, do furto de moedas virtuais em sua base de dados. Em julgamento, a 1ª Turma do Colégio Recursal de Carapicuíba-SP manteve sentença favorável, em recurso nominado, à vítima de saque fraudulento de sua conta, em razão da



deficiência na prestação de serviço de custódia de bitcoin. Juiz relator fundamentou que, sendo devida remuneração às *Exchanges* para prestação de seus serviços, caracteriza-se uma relação de consumo, invocando para si, desse modo, a aplicabilidade do CDC (Processo nº 0011980-92.2016.8.26.0127, Juiz Relator: Fernando Dominguez Guiguet Leal, Julgado em: 17/10/2017).

## 2.8 A regulamentação das moedas virtuais no Direito Comparado

No Direito Comparado, Campos (2015) discorre sobre o direito de propriedade na questão de regulamentação das moedas virtuais, porque não são tidas apenas como sistema de pagamento, sendo classificadas como propriedade pelo órgão de atuação tributária dos Estados Unidos, o Internal Revenue Service (IRS, 2014). O Canadá seguiu a mesma linha, e as empresas devem declarar as vendas e lucros auferidos com *bitcoins*. Por sua vez, a União Europeia emitiu instrução (2009/110/EC) direcionada ao uso de dinheiro eletrônico, mas para o Banco Central Europeu o documento não se aplica às moedas virtuais. (DESCÔTEAUX, 2014).

Até o presente momento, as restrições mais severas foram impostas pelo Equador, Bolívia, Quirguistão e Bangladesh, onde a moeda é proibida (ANTUNES; FERREIRA; BOFF, 2015). Neste mesmo sentido, a China proibiu a captação de recursos a partir de ofertas de moedas virtuais, conforme matéria publicada na “Época Negócios” em 04 de setembro de 2017, ao afirmar que a prática configura arrecadação ilegal de fundos (China..., 2017).

Via de regra, os países que proibiram a circulação do *bitcoin* criminalizaram a ação dos usuários, adentrando a esfera do Direito Penal. As penas para utilização de *bitcoins* variam de multa, na Islândia, a prisão, na China e na Rússia (FOBE, 2016).

Fobe (2016) destaca países os quais os Bancos Centrais emitiram notas de alerta, dentre os quais, África do Sul, Argentina, Bélgica, Brasil, Dinamarca, Grécia e Portugal. Cita também países que tratam as moedas virtuais em matéria tributária, como Brasil, Canadá, Espanha, França e EUA. Por fim, lista países que criminalizam o uso e circulação, Bangladesh, Bolívia, China, Colômbia, Equador, México e Rússia.

Destaque para a Alemanha que, segundo a autora (FOBE, 2016), é um país que vem inovando a regulamentação de *bitcoins*, entendendo não existir curso forçado dessa moeda, reconhecendo-a como mercadoria passível de tributação. Já nos EUA, estados da organização federativa podem tratar a matéria de forma distinta. Exemplificando, na Carolina do Norte e Pensilvânia, as moedas virtuais foram recepcionados pela definição jurídica de moeda, enquanto Nova Iorque apresenta regulação que exige licença das empresas (*exchanges*) que negociam *bitcoins*.

Como visto, mesmo diante das manifestações de bancos centrais acerca das moedas virtuais e a criminalização em alguns casos, atualmente as transações não são proibidas na maioria dos países.

### 3 PROCEDER METODOLÓGICO

Para explorar a questão pontual deste trabalho, a pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa do problema, caracterizada pelo exame bibliográfico como ferramenta de análise. Precisamente, foi elaborada apoiada em material disponível e de livre acesso à população, como artigos, entrevistas, reportagens, teses e dissertações, publicados em livros, revistas, jornais e portais de notícias na internet (VERGARA, 2013).

O processo de investigação está centrado no objetivo geral de apurar qual a necessidade de regulamentar a utilização de moedas virtuais no Brasil. Sem mecanismo formal e estruturado na coleta de dados, buscou-se expor informações de forma organizada, porém intuitiva. O trabalho foi desenvolvido em estrutura de redação flexível, narrada conforme os fatos são apurados (CRESWELL, 2010).

A exploração de dados se dá de forma indutiva, partindo de temas particulares com vistas à aplicação geral, buscando, nessa pesquisa exploratória, o aprimoramento de ideias ou identificação de intuições (GIL, 2010).

Como meios de avaliar a existência da necessidade de regulamentação, as análises foram pautadas conforme os objetivos específicos definidos.

Sendo assim, primeiramente foram levantadas as competências de órgãos que compõem o Sistema Financeiro Nacional (SFN) para que seja possível deduzir se as respectivas atribuições possuem conexão com o tema do trabalho.

Em seguida, buscou checar se as operações com moedas virtuais estão, ou deveriam estar, sob a tutela (responsabilidade) do Estado e a existência de manifestação desses órgãos que compõem o SFN, para verificar no cenário nacional algum parâmetro legal que verse sobre o assunto.

Em relação ao Direito brasileiro, procurou analisar se há reconhecimento de relação de consumo entre os investidores e as empresas que realizam a intermediação de compra e venda de *bitcoins* – as *exchanges* – para levantar se existe decisão judicial aplicando o direito fundamental de proteção ao consumidor.

Por fim, procedeu-se a observar, no Direito Comparado, os procedimentos conferidos à regulação do uso de moedas virtuais em outros países, a fim de contribuir com nosso sistema normativo para melhor entender e interagir com o mercado de moedas virtuais.

Em suma, procura-se a posição de órgãos, tais como: Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), Receita Federal do Brasil (RFB) e Conselho Monetário Nacional (CMN), quanto à regulamentação, seus pontos em comum e divergências; se de alguma maneira já é regulamentado o mercado de moedas virtuais no Brasil; a aplicabilidade do código de defesa do consumidor e as experiências de outras jurisdições no tratamento do tema.

Para melhor visualizar e compreender a visão de cada órgão citado foi elaborado o quadro 1 – Posicionamento de órgãos do Sistema Financeiro Nacional acerca das moedas virtuais, comparando os respectivos posicionamentos em relação ao reconhecimento das criptomoedas como ativo financeiro, se esses órgãos emitiram posição oficial, se há a intenção de regulamentar e, por fim, se são favoráveis às moedas.

As considerações acerca desse levantamento estão descritos na análise de resultados.

## 4 ANÁLISE DE RESULTADOS

O Banco Central do Brasil (BACEN) não reconhece as moedas virtuais como moedas (ativos) e não pretendem regulá-las. Enxerga como um *token* digital e seu valor decorre da rede de usuários que as negociam. Seu Presidente, Ilan Goldfajn, é contrário a negociação de criptomoedas e enxerga um potencial para lesar investidores.

O BACEN emitiu o Comunicado n. 31.379, de 16 de novembro de 2017, discorrendo sobre os riscos decorrentes de operações de guarda e negociação dessas moedas.

Dentre os principais pontos, o BACEN alerta que tais moedas não são emitidas nem garantidas por qualquer moeda monetária e tampouco são lastreadas em ativo real de qualquer espécie. Nesse caso, o risco é do detentor (já que há riscos imponderáveis incluindo a possibilidade de perda de todo capital investido) e o valor decorre da confiança conferida pelos indivíduos ao seu emissor.

Alerta, também, que detentores de moedas virtuais correm o risco de responsabilização penal e administrativa, por estarem sujeitos a investigações pelas autoridades públicas, se utilizadas em atividades ilícitas. Não há no arcabouço legal e regulatório dispositivo específico que verse sobre moedas virtuais e as empresas que negociam ou guardam essas moedas em favor dos usuários não são reguladas, autorizadas ou supervisionadas pelo BACEN.

Por fim, o citado Comunicado ressalta a obrigatoriedade de se realizar transações exclusivamente por meio de instituições por ele autorizadas a operar no mercado de Câmbio, alertando para o fiel cumprimento das normas cambiais.

Já o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) não é contrário à regulamentação. A grande preocupação do órgão é que os setores regulados mantenham a política de prevenção ativa, mantendo o cadastro atualizado dos clientes bem como os registros das operações. Deve-se, também, comunicar ao COAF sobre operações suspeitas, sendo uma regra tanto para os mercados tradicionais (bancos e corretoras), como para negócios emergentes (moedas virtuais, p.ex).

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) não pretende criar regulação específica, visa regular usando regras já existentes, proibindo fundos de investir em moedas virtuais. A Superintendência de Relações com Investidores Institucionais da CVM divulgou o Ofício Circular SIN n. 1/2018, direcionado a diretores responsáveis pela administração e gestão de fundos de investimento com o intuito de esclarecer a possibilidade de investimento em criptomoedas pelos fundos regulados pela Instrução CVM n. 555/2014. Em suma, a CVM não permite a aquisição de moedas virtuais diretamente pelos fundos de investimento regulados pela citada instrução, por entender que as criptomoedas não podem ser qualificadas como ativos financeiros.

Embora não tenha se manifestado sobre o tema, o Conselho Monetário Nacional (CMN) é citado no presente trabalho por ser o órgão máximo do Sistema Financeiro Nacional (SFN), responsável pela política de moeda e de crédito do país, preservando nossos interesses econômicos.

Já a Receita Federal do Brasil (RFB) equipara as moedas virtuais a ativos financeiros, e tornou obrigatória a declaração de *bitcoins* com o respectivo recolhimento do imposto de

renda, se for o caso. De acordo com as orientações para Declaração Anual de Imposto de Renda, disponíveis no site da RFB, os ganhos obtidos com a alienação dessas moedas são tributados, a título de ganho de capital, caso o total alienado no mês seja superior a trinta e cinco mil reais. As alíquotas são progressivas e estipuladas em função do lucro, e o recolhimento do imposto sobre a renda deve ser feito até o último dia útil do mês seguinte ao da transação. As operações deverão estar comprovadas com documentação hábil e idônea.

No Quadro 1, a seguir, tem-se uma síntese dos dados levantados.

**Quadro 1** – Posicionamento de órgãos do Sistema Financeiro Nacional acerca das moedas virtuais

Órgão	Ativo Financeiro	Posição Oficial	Intenção/A Favor de Regulamentar	A Favor das Moedas
BACEN	Não	Sim	Não	Não
COAF	Sim	Não	Sim	Sim
CVM	Não	Sim	Sim *Regras já existentes	Não
RFB	Sim	Sim	Sim	Não necessariamente

**Fonte:** Elaboração própria.

Percebe-se, que o COAF e a RFB enxergam as moedas virtuais como um ativo financeiro, e ambos são favoráveis à sua regulamentação. No caso da Receita Federal, há inclusive manifestação que reconhece esse ativo como passível de tributação. Contudo, elas ainda não possuem regulação pelo Bacen, bem como não são tidas como valores mobiliários, o que as exclui da esfera de atuação da CVM (ALMEIDA, 2016).

Quanto às garantias e direitos do consumidor, previstos na Constituição Federal (CF) de 1988 e no Código de Defesa do Consumidor (CDC), verifica-se a necessidade de proteger os consumidores que contratam serviços das plataformas conhecidas de *Exchanges*, que possibilitam a transação e guarda de moedas virtuais. Observou-se a ocorrência de casos de “sumiço” de carteira de moedas virtuais, e até mesmo moeda virtual falsa, causando prejuízos a milhares de pessoas. Constata-se, inclusive, o reconhecimento dessa relação de consumo na esfera judicial, em julgamento de recurso na comarca de Carapicuíba, São Paulo.

No Direito Comparado destacam-se como outros países enxergam as moedas virtuais, passando pelo reconhecimento do direito de propriedade nos Estados Unidos da América (EUA) e Canadá, a ausência de regulamentação específica nos países integrantes da União Europeia (UE), e países que estabeleceram restrições mais substanciais, como Equador, Bolívia, havendo inclusive a pena de prisão na China e Rússia.

Em suma, criminalizam uso e circulação: Bangladesh, Bolívia, China, Colômbia, Equador, México, Rússia, China e Islândia. Tratam como matéria tributária: Brasil, Canadá, Espanha, França e EUA. Por fim, emitiram notas de alerta do Banco Central: África do Sul, Argentina, Bélgica, Brasil, Dinamarca, Grécia e Portugal.

Na figura 2, a seguir, tem-se a distribuição desses países no Mapa-Múndi de acordo com o tratamento conferido às moedas virtuais.

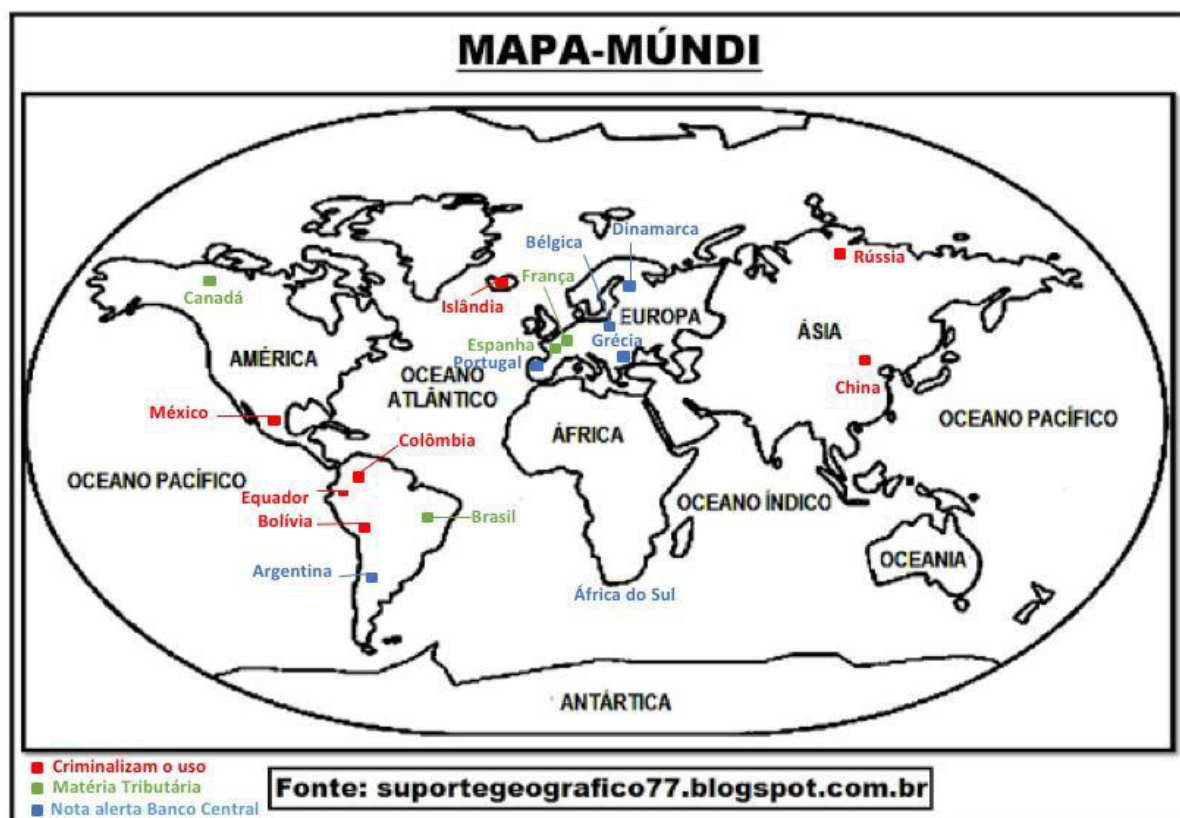


Figura 2 – Mapa-Múndi moedas virtuais. \*Mapa formatado pelo autor do trabalho

Ressalta-se que não há aqui posição de contrariedade às moedas virtuais, entende-se que quem se arrisca nesse negócio, como em outros investimentos e até mesmo em outras áreas da vida, tem que conhecer bem o que está fazendo. O que se vislumbra é a necessidade do Estado editar normas que padronizem o uso dessa tecnologia e que deem uma maior transparência e segurança aos investidores, com o registro dos usuários que transacionam essas moedas, os valores envolvidos, bem como o objeto dessas transações, para que se possa monitorar e, sendo necessário, consultar essas operações a fim de reprimir ações delituosas e fraudulentas.

Em síntese, apresenta-se o que foi possível apurar acerca das moedas virtuais:

Quadro 2 – Resultados apurados

Síntese dos resultados apurados no presente artigo:
• Esse mercado não afeta apenas os investidores envolvidos
• Risco de lesar pessoas e a sociedade em geral
• Ambiente sem regulação permite e facilita atividades criminosas
• Não há controle das operações – mercado sem barreiras (divisas)
• Anonimato de usuários e objetos das transações
• Trata-se de “ativo” com tratamento diferenciado no tocante à regulamentação
• Evidente necessidade de Regulamentação

Fonte: Elaboração Própria

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação inicial, diante de tantas possibilidades delituosas, como casos de lavagem de dinheiro e fraudes com moedas virtuais (moeda virtual falsa), foi determinante para delimitar o tema – Moedas Virtuais: Revolução ou Perturbação da Ordem. Esses episódios negativos fomentaram o objetivo principal: Qual a necessidade de regulamentar a utilização das moedas virtuais no Brasil? Citamos aqui notícias e reportagens que demonstram que esse mercado não afeta apenas os investidores envolvidos, mas há risco eminente de lesar pessoas e a sociedade em geral.

Verifica-se a necessidade de criar regras padronizando o mercado de criptomoedas, para que o Estado tenha conhecimento dessas operações, mais precisamente poder identificar os usuários, o objeto e valores envolvidos nas transações, para monitorar, reprimir e investigar o cometimento de crimes com moedas virtuais.

Vimos que se adentra a competência dos órgãos estatais aqui citados, BACEN, CVM, RFB, CMN e COAF, a função de regular e estruturar o mercado de moedas virtuais, embora diverjam seus pontos de vista em relação a alguns pontos, como reconhecimento como ativo financeiro, se são favoráveis a essas moedas, se há manifestação oficial e a intenção de regulamentar, conforme suas respectivas atribuições.

Por um lado, regular as transações com moedas virtuais pode acarretar um maior custo e aumento do tempo das operações, atingindo suas maiores vantagens, já que se caracterizam por serem mais rápidas e baratas, por não sofrer ação de terceiros (instituições financeiras e Estado) - a relação se dá entre comprador e vendedor. Todavia, da maneira que atualmente ocorrem as transações com moedas virtuais, esse ambiente sem regulação permite e até facilita atividades criminosas, e não há como impedi-las. A solução aparente perpassa pela necessidade de regulação.

Fica evidenciado que as facilidades das moedas virtuais atraíram também indivíduos que necessitam realizar operações ilícitas, transacionando dinheiro no mercado internacional, não havendo fronteiras para essas operações. Nesse contexto, não há outro caminho, o Estado tem que se fazer presente regulamentando essas operações para que possibilite investigar o cometimento de crimes.

Por fim, o mercado de moedas virtuais apresenta volume de participação, em número de transações, ainda baixo, não evidenciando sistêmico. Isso justifica, de certa forma, a ausência de regulamentação da matéria.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P. B. **O futuro da competição monetária: o comportamento da moeda *bitcoin* e o seu impacto sobre políticas de Bancos Centrais**. 2016. 157 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/167758/339958.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- ANDRADE, M. D. Tratamento jurídico das criptomoedas: a dinâmica dos *bitcoins* e o crime de lavagem de dinheiro. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 7, n. 3, p. 44-59, dez. 2017. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/viewFile/4897/3645>>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- ANTUNES, F. S.; FERREIRA, N. A.; BOFF, S. O. *Bitcoin* – Inovações, impactos no campo jurídico e regulação para evitar crimes na internet. In: 3º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade, V Congresso Iberoamericano de Investigadores e Docentes de Direito e Informática – Rede CIIDII, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 27 a 29 de maio de 2015. **Anais...** 2015. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2015/2-10.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- ASSAF NETO, A. **Mercado financeiro**. São Paulo: Atlas, 2011.
- AZEVEDO, R. Entenda o que é bitcoin. In: **Revista Exame**, 14 de março de 2018. Disponível em <<https://exame.abril.com.br/mercados/entenda-o-que-e-bitcoin/>>. Acesso em: 25 abr. 2018.
- BB, Itaú, Bradesco e Caixa concentram 78,51% do crédito no Brasil, diz BC. In: Istoé, 17 de abril de 2018. Disponível em: <<https://istoe.com.br/bb-itau-bradesco-e-caixa-concentram-7851-do-credito-no-brasil-diz-bc/>>. Acesso em: 23 Abr. 2018.
- BRASIL. CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS – COAF; FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS – FEBRABAN (Orgs.). **Lavagem de dinheiro: legislação brasileira**. 2. ed. rev. Brasília: COAF; São Paulo: FEBRABAN, 2005.
- BUY BITCOIN WORLDWIDE. Disponível em <<https://www.buybitcoinworldwide.com/pt-br/>>. Acesso em: 04 de mai. 2018.
- CABETTE, J. P. R. A aplicação do Código de Defesa do Consumidor em caso de falhas nos serviços das *exchanges* de criptomoedas. In: **Jusbrasil**, jan. 2018. Disponível em: <<https://joaocabette.jusbrasil.com.br/artigos/534025119/a-aplicacao-do-codigo-de-defesa-do-consumidor-em-caso-de-falhas-nos-servicos-das-exchanges-de-criptomoedas>>. Acesso em: 26 abr. 2018.
- CAMPOS, G. I. R. V. *Bitcoin*: consequências jurídicas do desenvolvimento da moeda virtual. **Revista Brasileira de Direito**, v. 11, n. 2, p. 77-84, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/769/719>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

CHINA proíbe captação de recursos a partir de ofertas de moedas digitais. In: **Época Negócios**, 04 set. 2017. Disponível em <<https://epocanegocios.globo.com/Tecnologia/noticia/2017/09/china-barra-bitcoin-e-cotacao-de-moeda-virtual-despenca.html>>. Acesso em: 03 abr. 2018.

CoinMarketCap – Ferramenta utilizada para comparar valores de moedas virtuais. Disponível em <<https://coinmarketcap.com/all/views/all/>>. Acesso em: 04 mai. 2018.

COLÉGIO RECURSAL DE CARAPICUIBA – SP. **Processo n. 0011980-92.2016.8.26.0127**. Órgão julgador: 1ª Turma. Juiz Relator: Fernando Dominguez Guiguet Leal. Julgado em: 17/10/2017.

CRESWELL, J. W. **O projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Trad. de Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DESCÔTEAUX, D. **How should bitcoin be regulated?** Economic Note, Montreal Economic Insitute: 2014.

FALCÃO, M. Fraude com moeda virtual causa perda de R\$ 450 milhões. In: **Valor Econômico**, 24 de novembro de 2017. Disponível em <<http://www.valor.com.br/financas/5204575/fraude-com-moeda-virtual-causa-perda-de-r-450-milhoes>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

FOBE, Nicole. **Bitcoin como moeda paralela – Uma visão econômica e a multiplicidade de desdobramentos jurídicos**. 2016. 122 p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Escola de Direito de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. Disponível em: <[http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/15986/2016.03.22\\_Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_Nicole\\_Fobe\\_Vers%C3%A3o%20Protocolo.pdf?sequence=3&isAllowed=y](http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/15986/2016.03.22_Disserta%C3%A7%C3%A3o_Nicole_Fobe_Vers%C3%A3o%20Protocolo.pdf?sequence=3&isAllowed=y)>. Acesso em: 10 abr. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOEKING, W. Operação prende quadrilha em esquema de lavagem de dinheiro e criptomoedas. In: **Infomoney**, 12 de abril de 2018. Disponível em <<http://www.infomoney.com.br/mercados/noticia/7374004/operacao-prende-quadrilha-esquema-lavagem-dinheiro-criptomoedas>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

GUIMARÃES, J. Investimento de alto risco, bitcoin faz milionários, mas exige cautela. In: **TV Record; Portal R7**, 08 de dezembro de 2017. Disponível em <<https://noticias.r7.com/economia/investimento-de-alto-risco-bitcoin-faz-milionarios-mas-exige-cautela-08122017>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

INTERNATIONAL REVENUE SERVICE – IRS. **IRS Notice 2014-21**.

ITAÚ e Unibanco anunciam fusão e criam maior banco do hemisfério sul. In: **UOL**, 03 de novembro de 2008. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/ultnot/2008/11/03/ult4294u1817.jhtm>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

MARQUES, C. L.; BESSA, L. R.; BENJAMIM, A. H. V. **Manual de Direito do Consumidor**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.



MARTINS, M. M. **Entendendo moedas virtuais à luz das teorias monetárias: o caso do bitcoin**. 2016. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Departamento de Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília, Brasília.

NEIRA, A.; GUIMARÃES, F. Investidor vê moeda virtual com cautela e ‘testa’ novidade. In: **Estadão**, 15 de Fevereiro de 2018. Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/noticias/seu-dinheiro,investidor-ve-moeda-virtual-com-cautela-e-testa-novidade,70002186896>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

PAVINI, A. CVM quer regular criptomoedas sem regulamentação, afirma presidente. In: **Money Times**, 08 de março de 2018. Disponível em <<https://moneytimes.com.br/cvm-quer-regular-criptomoedas-sem-regulamentacao-afirma-presidente/>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

PIERRI, D. **A funcionalização da empresa e seus reflexos sobre os consumidores**. 2009. Tese (Doutorado em Direitos Difusos e Coletivos) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

PULJIZ, M. Moeda virtual falsa foi usada por quadrilha em ‘pirâmide financeira’ no DF e em Goiás. In: **TV Globo; G1 DF**, 21 de setembro de 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/policia-civil-do-df-desarticula-esquema-de-piramide-financeira-que-movimentou-r-250-milhoes.ghtml>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

TEMÓTEO, A. Banco Central lança ofensiva contra moedas digitais. In: **Correio Braziliense**, 14 de novembro de 2017. Disponível em <[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2017/11/14/internas\\_economia,640841/banco-central-lanca-ofensiva-contra-moedas-digitais.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2017/11/14/internas_economia,640841/banco-central-lanca-ofensiva-contra-moedas-digitais.shtml)>. Acesso em: 12 de mar. 2018.

ULRICH, F. **Bitcoin: a moeda na era digital**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2014.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013.